

UNIESP

UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

FACULDADE DE
PRESIDENTE VENCESLAU FAPREV

WILSON DOMINGOS SIQUEIRA

**A HERANÇA NEOCOLONIAL PORTUGUESA EM
MOÇAMBIQUE: (1885-1975): Desenvolvimento ou
estagnação?**

Presidente Venceslau

2013

WILSON DOMINGOS SIQUEIRA

**A HERANÇA NEOCOLONIAL PORTUGUESA EM
MOÇAMBIQUE (1885-1975): Desenvolvimento ou
estagnação?**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado ao Curso de
História – Licenciatura Plena da
FAPREV como requisito para obtenção
da licenciatura em História.

Orientador: Ms. Leandro A. Guirro

Presidente Venceslau

2013

WILSON DOMINGOS SIQUEIRA

**A HERANÇA NEOCOLONIAL PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE
(1885-1975): Desenvolvimento ou estagnação?**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História
da Faculdade de Presidente Venceslau

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador: Ms Leandro Antonio Guirro

Examinador: Dr João Paulo Rodrigues

Examinador: Ms Thiago Granja Belieiro

Presidente Venceslau, 04 de Dezembro de 2013.

DEDICATÓRIA

Em especial à minha esposa, companheira e amiga, Mônica, que me incentivou a voltar a estudar. O recomeço foi difícil, mas ao seu lado, com seu apoio incessante, as dificuldades que vieram a se apresentar se tornaram mais leves. As palavras de encorajamento nos momentos de fraqueza foram indispensáveis para que hoje, após uma luta árdua e incansável, pudesse alcançar o objetivo. Essa vitória não é minha, é nossa!

AGRADECIMENTO

Primeiramente a Deus, que iluminou o meu caminho, dando força e coragem para que pudesse obter a essa conquista importante em minha vida.

Não há como deixar de mencionar todos aqueles docentes de História que passaram em minha vida acadêmica nesse período em que estive graduando nessa instituição (em especial: Libório, Dani, André, João Paulo, Léo, Thiago, Leandro), e outros que agradeço imensamente ao esforço e dedicação que puderam dar o melhor de si, pois sabemos das limitações que encontraram para nos proporcionar o melhor que podiam.

Ao meu caro mestre Leandro Guirro, que pode me orientar nesse trabalho, usando de sua competência intelectual, paciência e doação, pode me mostrar o caminho para a realização deste.

Deus os de cada vez mais sabedoria para exercitar esse dom, maravilhoso, que é ensinar!

EPÍGRAFE

“Há pessoas que desejam saber só por saber, e isso é curiosidade; outras, para alcançarem fama, e isso é vaidade; outras, para enriquecerem com a sua ciência, e isso é um negócio torpe; outras, para serem edificadas, e isso é prudência; outras, para edificarem os outros, e isso é caridade”

Santo Agostinho

SIQUEIRA, Wilson Domingos. **A herança neocolonial portuguesa em Moçambique (1885-1975):** Desenvolvimento ou estagnação?. 2013. 30 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de Presidente Venceslau, Presidente Venceslau, 2013.

RESUMO

Baseando-se no conceito de neocolonialismo pode-se afirmar que várias mudanças ocorreram entre os povos do continente africano, que passaram a conviver com europeus e seus modos de vidas peculiares, gerando conflitos culturais, sociais e religiosos com as culturas nativas. Adentrando em um campo mais circunscrito e buscando acompanhar mais de perto a história moçambicana, almeja-se desenvolver uma análise da região em questão antes da partilha do continente africano, visualizando, também, o momento em que Portugal ocupou esse país, (atentando-se especialmente para as práticas de dominação metropolitana e as conseqüências de tais ações à população nativa), até a independência moçambicana na década de 1970. Através de um estudo comparativo entre os períodos anterior e posterior à colonização portuguesa em Moçambique, esse estudo visa aprofundar certos debates historiográficos divergentes, por muitas vezes extremistas em seus pontos de vista no que diz respeito às heranças advindas da presença lusitana nesse espaço geográfico. Desse modo, o objetivo do trabalho é discutir, através de levantamentos bibliográficos, os benefícios e malefícios que a neocolonização trouxe a Moçambique, como também mostrar as possíveis influencia ocorridas nesse cenário contemporâneo.

Palavras-chave: Neocolonialismo. Escravidão. Exploração.

Siqueira, Wilson Dominic. **The neo-colonial heritage Portuguese in Mozambique (1885-1975):** Development or Stagnation?. 2013. 30 fls. Completion of course work (undergraduate History) - Faculty of Chairman Wenceslas, Wenceslas President, 2013.

ABSTRACT

Based on the concept of neo-colonialism can be said that several changes occurred between the peoples of the African continent , which started living with Europeans and their peculiar ways of life , generating cultural , social and religious conflicts with native cultures . Entering into a more circumscribed field and seeking to more closely monitor the Mozambican history, we aim to develop an analysis of the region in question before sharing the African continent, also will see the time when Portugal occupied this country (infringe up especially for the practices of metropolitan dominance and the consequences of such actions to the native population), to the Mozambican independence in the 1970s. Through a comparative study between the anterior and posterior to the Portuguese colonial period in Mozambique, this study aims to extend certain divergent historiographical debates, often by extremists in their views with regard to the resulting legacies of Lusitanian presence in geographic space. Thus, the goal is to discuss , through literature surveys , the benefits and harms that neocolonization brought to Mozambique , but also show the possible influences that occurred in this contemporary setting

Keywords: Neocolonismo; Slavery; Exploration.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 O INÍCIO DE UMA HISTÓRIA.....	11
3 A PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA SOBRE O ASSUNTO: UM PONTO DE VISTA PARTICULAR E AUTOBIOGRÁFICO.....	13
4 UM SALTO PARA O “PROGRESSO”	14
5 AGRICULTURA DE MOÇAMBIQUE.....	17
6 IDENTIDADES MOÇAMBICANAS IMPLANTADAS.....	18
7 CONSEQUÊNCIAS DO NEOCOLONIALISMO.....	21
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
ANEXOS	30

1. INTRODUÇÃO

Por que um artigo voltado para África e, principalmente, para Moçambique? Essa é uma das perguntas que me são dirigidas em relação a esse estudo que desenvolvo.

Frente a um campo pouco explorado em nosso país, apesar da existência da lei 10.639/03¹ ter proporcionado progressos consideráveis na área, ainda caminhamos a passos lentos na intenção de construir um conhecimento mais aprofundado sobre a história africana. O espaço temporal (entre a partilha da África pelos europeus, a neocolonização² e a independência moçambicana) é extenso. Contudo, esse recorte mostrou-se necessário em razão de não se dispor atualmente de ampla historiografia específica sobre a temática no Brasil. Isso demonstra, também, a grande dificuldade bibliográfica de se desenvolver pesquisas pertinentes sobre esse estudo, impondo a necessidade de realizar pesquisas em várias plataformas digitais, sendo elas africanas, portuguesas e brasileiras.

Procuró analisar as transformações que ocorreram a esse povo devido às práticas neocolonizadoras portuguesas. Para tal, desenvolvo uma análise sobre a estrutura cultural, econômica e social existentes nesse país, evidenciando a importância da terra, seu cultivo e produção. Quais plantações eram feitas, e por que esses produtos, e qual seria o destino? Essas dúvidas balizam minhas inquietações. A industrialização e a infraestrutura do país também são colocadas em destaque, questionando o porquê de determinadas áreas serem desenvolvidas e outras não.

Busco traçar um paralelo entre os âmbitos que envolvem a situação política econômica e social de Moçambique colonial e o novo panorama

¹Lei que alterou a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que veio a estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira.

² Econ. Pol. Domínio que um país desenvolvido exerce sobre outro, menos desenvolvido, baseado na influência econômica e/ou cultural: Disponível em: < <http://aulete.uol.com.br/neocolonialismo#ixzz2mbyFEicx>> acessado 26 nov.2013

constituído após a neocolonização portuguesa, enfatizando o que surgiu, com qual intensidade e as prováveis intenções de algumas práticas, abordando a sua conjuntura atual e passada, que são ainda pouco exploradas e discutidas no Brasil. Argumentações de alguns historiadores são citadas e analisadas para que venham a enriquecer esse debate em torno dos efeitos da neocolonização portuguesa em Moçambique. Entre elas, destacam-se as conclusões de Peter Duignan (2010), L.H. Gann (2010), P. C Lloyd (2010)³ que compõem uma vertente interpretativa favorável à neocolonização portuguesa e reiteram que sem os portugueses, continuariam a viver como “tribais”. Mas indo de encontro a essa opinião, encontramos historiadores como Valdemir Zamparoni (2012), José Capela (2010)⁴ e outros, sendo categóricos em afirmar que a herança neocolonial, afetou o presente e o futuro do povo moçambicano de forma pejorativa. Relacionando essas duas vertentes, busco contribuir para o debate histórico, enaltecendo os pontos de vistas dos historiadores citados, mas desenvolvendo uma visão própria do assunto.

³ Peter J. Duignan, nasceu em São Francisco (EUA), membro do Hoover Institution, fez Mestrado e Doutorado em História pela Universidade de Stanford, membro da equipe de civilização ocidental de Stanford, graduado com honras. Dedicou a História Colonial comparativa, História moderna da Europa, História da África, Fundamentalismo Islâmico, História colonial Hispânica nos Estados Unidos, a Imigração e Política Externa dos Estados Unidos. P. C. Lloyd, autor de vários livros como: A Cidade de Ibadan, As Novas Elites da África Tropical, África em Mudança Social, vários artigos sobre Yoruba

Lewis Henry Gann, escritor, editor, era alemão judeu por nascimento, nasceu em Mainz, estudou na Inglaterra, fez Mestrado e Doutorado em Oxford. Trabalhou como arquivista na África Colonial Britânica. Desenhou na sua formação em História e Antropologia em seus escritos e palestras. Foi também curador adjunto da coleção africana na instituição. Escreveu 38 livros (História Alemã e Colonialismo na África).

⁴ Valdemir Zamparoni doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo, professor de programas de pós-graduação em História e Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia. Sua atuação em História de Moçambique e Angola, abordando colonialismo, racismo, gêneros e ideologia.

José Capela cursou Teologia na cidade do Porto, foi chefe de redação do Diário de Moçambique, lançou Seminário Voz Africana, fundou a Revista Economia de Moçambique, investigador do Centro de Estudos Africanos da cidade do Porto.

2.0 INÍCIO DE UMA HISTÓRIA

“A história de Moçambique encontra-se documentada pelo menos a partir do século X, quando um estudioso viajante árabe, Al-Masudi, descreveu uma importante atividade comercial entre as nações da região do Golfo Pérsico e os "Zanj" da "Bilad as Sofala", que incluía grande parte da costa norte e centro do atual Moçambique. No entanto, vários achados arqueológicos permitem caracterizar a "pré-história" de Moçambique (antes da escrita) por muitos séculos antes. Provavelmente o evento mais importante dessa pré-história foi a fixação nesta região dos povos bantus que, não só eram agricultores, mas introduziram aqui a metalurgia do ferro, entre os séculos I a IV. Entre os séculos X e XIX existiram no território que atualmente é Moçambique vários estados bantus, o mais conhecido dos quais foi o império dos Mwenemutapas (ou Monomotapa)⁵.

Quando se aproxima de África e principalmente de Moçambique, gera-se um sentimento de desconhecimento misturado com surpresa. Cada passo dado é um novo conhecimento, assim como no trecho citado acima, relatando existência de uma ótima atividade econômica, durante o século X, muito antes da partilha da África, realizada através da Conferência de Berlim⁶.

O fragmento acima menciona um grupo de pessoas, que, com suas próprias forças, desenvolvia-se economicamente, desfrutando de importante expansão comercial.

De acordo com os levantamentos históricos divulgados pelo governo Moçambicano⁷, já existiam, antes do século VII, entrepostos comerciais na costa, para uma troca entre os produtos internos, de ouro e marfim com os povos árabes. Não estamos falando aqui de um povo desprovido de uma fonte econômica, sem um poder de desenvolvimento comercial, sem condições de se desenvolver sozinho, pelo contrário. Isso sem entrarmos, ainda, no detalhe do

⁵GAZEDA, gov.mz: **História de Moçambique:** Disponível em <www.gazeda.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=164&Itemid=60&lang=pt.> acesso em 28/09/2013.

⁶ A Conferência de Berlim realizada entre 19 de Novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 teve como objetivo organizar, na forma de regras, a ocupação da África pelas potências capitalistas europeias e resultou numa divisão que não respeitou, nem a história, nem as relações étnicas e mesmo familiares dos povos desse continente.

⁷MOÇAMBIQUE. Portal do gov: **Informação geral sobre Moçambique:** disponível <www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique> Acesso 26 nov 2013

tempo cronológico, pois o texto faz referência a ocorrências registradas antes do século VII, ou seja, muito antes da instalação portuguesa.

Outro ponto que chama a atenção são os entrepostos comerciais citados, que demonstram certa autonomia, organizada pelos que viviam na região. Não dando margem a nenhum vestígio de outro povo os dominando ou explorando.

Dentre esse povo havia uma divisão por Impérios, onde cada qual tinha a sua maneira de viver e de garantir a sobrevivência dos seus. Cada Império tinha a sua característica própria com uma determinada particularidade que se destacava das outras.

Observa-se em Moçambique um potencial que não se encontra escondido, ou sem ser explorado, mas de um povo a frente de muitos outros, com uma grande possibilidade de um futuro bem próspero e promissor. Dentre as inúmeras características que se podem julgar indispensáveis para o desenvolvimento de um povo, destaca-se a riqueza. Como já mencionado, eles tinham a expressão máxima da opulência, o ouro. Além disso, dominavam algumas técnicas metalúrgicas bastante desenvolvidas para o período em questão.

Destacam-se, também, as divisas geradas pelas atividades comerciais. Não se trata, portanto de grupos sem desenvolvimento financeiro.⁸

A estrutura político-social é outro ponto digno de comentário. Eram organizados em limites territoriais mutuamente respeitados, cada um com seus ritos e costumes particulares. Administravam seus territórios especificamente de acordo com as necessidades consideradas prioritárias para a população. Isso foi determinante nesse período, pois foram surgindo prioridades diferentes entre eles

Até aqui, temos uma breve explanação a respeito da situação de Moçambique antes da chegada dos lusitanos (com seus potenciais, riquezas, suas comunidades, desafios e objetivos) que coloca em xeque a pretensa ideia de atraso e barbarismo dos nativos, insistentemente proclamada pelos europeus aportados na região.

⁸MOÇAMBIQUE. Portal do gov, **Resumo Histórico**: disponível em <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/resHistorico>>Acesso em 28 jun 2013

3. A PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA SOBRE O ASSUNTO: UM PONTO DE VISTA PARTICULAR E AUTOBIOGRÁFICO

Uma vez contextualizado espaço e temporalmente o objeto de estudo aqui enfocado, partimos para a tarefa de definir o retrato feito por diferentes estudiosos sobre os efeitos do colonialismo na ex-colônia portuguesa.

Existe uma grande fonte de argumentação em torno desse tema e a cada pesquisa que se aprofunda em busca de uma resposta mais clara e certa, mas se entra em respostas diversas, com arguições muito convincentes em seus posicionamentos.

As argumentações contidas neste trabalho aparentemente poderão parecer muito óbvias e rápidas para se obter um posicionamento a respeito de um assunto de grande complexidade. Mas, a partir do momento em que aflorarem os fragmentos dos historiadores, eles trarão consigo uma enorme gama de detalhes sociais, políticos e econômicos, que nos farão repensar muito antes de nos colocarmos diante de qualquer lado da discussão.

Antes de pensar em estudar essa questão, não se hesita muito para responder sobre a África e o neocolonialismo. A resposta na maioria das vezes vem pejorativa, (perdurando até hoje). Pode se afirmar categoricamente que muitas pessoas, acometidas em observar somente um ponto de vista, têm a visão de um povo pobre e sem cultura. Demonstrando que o neocolonialismo foi a salvação daquele povo, mas não se narra as virtudes e as suas riquezas.

E essa versão muitas vezes não é contada, é omitida, pois vai de encontro com os privilégios ou status de uma história repetidamente mostrada de uma maneira inquestionável, que se torna “uma verdade”, proferida somente por uns, não se importando com a opinião dos que estão envolvidos no episódio.

4. UM SALTO PARA O “PROGRESSO”

Uma ideia comum entre determinados historiadores seria a que houve uma boa influência advinda do processo de colonização portuguesa na África, levando o desenvolvimento e progresso a muitas áreas desse território. Afirmam que se não houvesse a presença portuguesa, os nativos estariam vivendo pior do que atualmente, em uma região totalmente tribalizada e miserável, voltando a séculos anteriores.

Para autores como L. H. Gann, Peter Duignan, Margery Perham e P. C. Lloyd, de modo geral os efeitos das práticas coloniais foram, de certo modo, benéficos e, na pior das hipóteses, não prejudiciais à África.

Com a partilha da África em 1885, todo o aparato administrativo português foi implantado no território moçambicano, para que houvesse uma gestão que pudesse viabilizar uma administração de acordo com os princípios de Portugal.

De acordo com P. C Lloyd, o que ocorreu até final da II Grande Guerra Mundial, foi um impulso no desenvolvimento na sociedade ali existente, que jamais havia ocorrido antes. Para Lloyd, esse período que de 50 anos foi um momento de transformação que jamais Moçambique conseguiria vivenciar sem a presença portuguesa.

Essa administração visava um desenvolvimento bem abrangente que tinha também como meta fazer com que as muitas colônias que existiam nos pontos mais extremos de Moçambique também alcançassem um grau de desenvolvimento integral, assim como nos locais em que estava localizado o centro da administração.

Um grande contingente de portugueses foi enviado a Moçambique, trabalhando em diversas ocupações que surgiram constantemente. Esse grande número de trabalhadores necessitava que houvesse uma melhor acessibilidade aos diferentes locais nos quais se realizariam a execução de projetos arquitetônicos e urbanísticos projetados pela administração colonial.

Para que as obras acontecessem seria necessária a melhora de estradas que já existiam, como também a construção de novas rodovias.

Formou-se, assim, um malha viária que trouxe benefício e facilidades para os trabalhadores e para toda população lá existente, que, sem dúvida nenhuma, iria desfrutar dessas estradas para um melhor fluxo entre as mais variadas

regiões, além de diminuir o tempo de locomoção. Não resta dúvida que a construção de estradas foi significativa, trazendo um grande benefício em pouco tempo. Não se pode mensurar qual seria o tempo que essa população africana levaria para construir as rodovias sem a presença portuguesa nessa região, ou mesmo se o fariam.

Não somente estradas seriam a solução para um melhor acesso e rapidez. Além de muitos materiais que teriam que ser transportados, também seria necessário que um número maior de trabalhadores fosse transportados de determinada área para outra com velocidade. A solução encontrada para resolver esse empecilho foi o uso do trem.

Mas surgiria outro problema: a construção de linhas férreas. Os trilhos teriam que serem colocados até longínquas localidades. A busca pelo melhor desempenho das obras infraestruturais fez com que os colonizadores executassem essa empreitada sem hesitarem.

De acordo com Boahen (apud Lloyd.1972,p.80-1), as estradas e linhas férreas foram acompanhadas pelo incremento nas áreas da saúde e educação. No campo da saúde, foram feitas campanhas contra a febre amarela, a peste bubônica e outras doenças infectocontagiosas comuns na região. Além disso, hospitais foram construídos e ações de higienização coletivas colocadas em prática.

Junto à educação estavam ligadas as missões religiosas. Elas atendiam a elite africana de acordo com os padrões educativos europeus, mas também alcançava, em menor proporção, a população menos abastada. Podia se encontrar em várias colônias escolas primárias que eram montadas pelas administrações coloniais.

Outro fator importante que o neocolonialismo trouxe foi à exportação de matéria prima, gerando riqueza para os que participaram do escoamento de produtos agrícolas e minerais para além das fronteiras moçambicanas.

O conhecimento e o domínio que os portugueses tinham de determinados setores, como construção de estradas, linhas férreas e outras áreas, era superior ao apresentado pelos africanos.

Tomemos como exemplo a cidade de Beira: “Um ano depois da sua elevação a cidade era inaugurada a iluminação eléctrica e, em 1911, um serviço telefónico urbano” (AMARAL, 1969, p.79)

Beira é um exemplo de cidade moçambicana cuja velocidade de crescimento não se pode negar. Os benefícios proporcionados pela iluminação elétrica e linhas telefônicas são mostras da pujança da obra colonizadora portuguesa no continente.

Mas Moçambique é um enorme país, com uma considerável demanda de obras em andamento, muitas ainda por fazer. Aos poucos os portugueses se encontraram sem recursos financeiros e se viram em grandes dificuldades. A solução encontrada foi a que nos diz o seguinte no trecho escrito por Zamparoni:

Sem capitais suficientemente abundantes que pudessem exportar para ampliar seu domínio, até então, nominal e restrito, e com capitalistas dados ao lucro especulativo, e mesmo à usura, Portugal entregou grande parte do território de Moçambique – ao centro e ao norte -, às Companhias Concessionárias, que se formaram para tal. Tais Companhias, constituídas principalmente por capitais estrangeiros – ingleses e franceses- tornaram-se verdadeiros Estados, acumulando direitos político-administrativo, poderes policiais, emitindo selos e moeda próprios. (ZAMPARONI, 2012.p. 41)

Opiniões como as apresentadas até o momento fazem com que a balança penda para o lado que credita benefícios ao processo de colonização portuguesa em Moçambique. Assim como Eric Hobsbawm (1977, p.73) afirma que a revolução francesa foi um ponto de ruptura com o antigo regime, foi um marco; pode-se dizer que a estadia lusitana em terras africanas consolidou-se como uma linha divisória entre o passado tradicional e uma nova era de crescimento tecnológico e infraestrutural.

5. AGRICULTURA DE MOÇAMBIQUE

Cidades, monumentos, estradas, ferrovias, pontes, prédios administrativos, praças, locais para lazer, etc. foram construídos. É fato que a colônia urbanizou-se para receber os novos “empreendedores”. Mas e a vida no campo? Como ficou a situação dos trabalhadores que não habitavam as cidades? A resposta para essas perguntas não é difícil de serem encontradas.

A administração colonial da época deixava claro como deveria funcionar o trabalho agrícola: “As culturas agrícolas deveriam ser dirigida pelos europeus e executadas pelos ‘indígenas’, porquanto é já matéria assente que o europeu não pode sujeitar-se aqui ao rude trabalho agrícola” (ZAMPARONI, 2012, p.90-91).

As palavras acima nos dão uma visão de como era direcionada a agricultura. Temos uma mão de obra moçambicana explorada, conduzida pelos portugueses, que determinavam o que produziriam, quais terras seriam designadas para a plantação e para onde iria a produção. Algumas formas de produção foram implantadas através de colonatos, ou seja, colonos que seriam os responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura, cabendo ao indígena o trabalho braçal. Nas áreas que houvesse a presença indígena, estes eram desapropriados para dar lugar aos colonos. (ZAMPARONI, 2012, p.91.)

Essa prática de expulsão das suas próprias terras já se tornava uma rotina. Não contentando-se com as terras, começaram a usufruir da posse de gado que eram criadas pelos indígenas. A lei não tinha o mesmo peso, e não ocorria a justiça necessária para estas arbitrariedades praticadas contra os indígenas. Como já fora comentado por Zamparoni (2012, p.101-102.).

O colono, mais que depressa, aprisionava as reses e marcava-as com o seu ferro, reivindicando sua propriedade “O indígena, [...] legítimo proprietário, quando tinha coragem, ia à administração reclamar. A razão acabava como o colono e o atrevido recebia umas palmatoadas para não vir importunar o ‘sor’ administrador.

Analisando a produção agrícola, pode-se observar que em meados de década de 30 existia uma concentração de determinados cultivos para exportação, como o caso do algodão. Realmente o mercado estava precisando desse produto, para as indústrias têxteis, e para todo investidor que está atendo

ao mercado mundial, nesse período seria o exato momento de se investir na carência do algodão.

Assim o fez com as terras de Moçambique, investiu no algodão que trouxe as vantagens econômicas, lucros, aos portugueses. Quanto a isso não há dúvida. Mas trouxe, também, consequências aos nativos sentidos a médio e longo prazo pelos moçambicanos.

Pois nesse período ficaram refém do algodão e alguns produtos exclusivos, não se levaram conta da necessidade de cultivarem os produtos necessários ao consumo interno, focando-se somente nos produtos para exportação.

Tal conduta gerou um alto índice de falta de alimentos, produtos do consumo diário não se encontravam nessas terras, e as consequências diretas foram sentidas pelos “indígenas”. Muitos deles chegaram ao ponto de passar fome. Além do corpo já estar debilitado pela falta de alimento, que é o combustível essencial para o humano, as doenças como febre amarela, tifoide, pneumonia, varíola, começaram a aparecer nesse corpo já sem resistência e muito fragilizado, causando uma grande mortalidade em todas as faixas etárias da população africana. (ZAMPARONI, 2012, p.109)

Além da obrigatoriedade de cultivo de alguns produtos rentáveis no exterior, fortaleceu-se a exploração de madeira e seus derivados (sementes, oleaginosas, frutos, cascas e resinas), sendo que as Companhias Concessionárias foram autorizadas pelos portugueses, com direitos de usufruir, inclusive, da mão de obra dos moradores locais.

6. IDENTIDADES MOÇAMBICANAS IMPLANTADAS

Questão material e trabalhista à parte pense também no aspecto cultural envolto na discussão. Segundo Marcelino Lhipola (1995, p.280), dentro de Moçambique existiam 24 grupos linguísticos diferentes, cada qual com seus costumes particulares. Essa diversidade gerava relações conflituosas, pois bem sabemos que onde existem várias pessoas envolvidas há pensamentos heterogêneos e ocorre uma imposição do mais forte sobre o mais fraco.

Nesse caso, o mais poderoso era o estrangeiro. O idioma português tornou-se uma ferramenta de dominação ideológica com interesses claros:

proporcionar o convívio e entendimento entre colonizadores e colonizados visando a melhor captação de recursos por parte dos primeiros.

Isto ocorreu a partir do momento em que se implantou um sistema de ensino que tornava oficial a presença do europeu, colocando-se como necessárias e benéficas todas as atividades realizadas perante o povo colonizado.

Partimos para o momento da história no qual Portugal elege a educação como um dos pilares básicos para conseguir a assimilação dos africanos à cultura europeia. A utilização do idioma português aconteceu como uma forma de dominação, sem que houvesse nenhuma consulta a algum africano. Os portugueses, colonizaram, implantaram sua administração, fizeram seus projetos de exploração de recursos e implantaram a sua língua.

Nesse período em que se encontrava Moçambique existia um alto nível de analfabetismo, como mostra o relato a seguir:

Com efeito, quando Moçambique proclamou a independência nacional, em 1975, 99 por cento dos moçambicanos não sabiam ler nem escrever. Mas 34 anos depois da independência, o índice do analfabetismo baixou drasticamente dos anteriores 99 por cento para os actuais 43 pontos percentuais.”, de acordo com site do governo moçambicano. (MOÇAMBIQUE.Portal do Governo Educação é para todos e não para um punhado de pessoas.Disponível em : <www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/educacao/marco2008/not_s_ed_111_mar_09/>.Acesso em : 23 nov.2013.

A primeira impressão sobre o quadro pode ser entendida como negligência de um povo ignorante, irresponsável ou preguiçoso, a tendência muitas vezes, são colocadas de forma que a grande responsabilidade fosse exclusivamente dos envolvidos. Por outro lado:

(...) o analfabetismo não é uma chaga, nem uma erva daninha a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta. Não é um problema estritamente lingüístico nem exclusivamente pedagógico, metodológico, mas político, como a alfabetização por meio da qual se pretende superá-lo. Proclamar sua neutralidade, ingênua ou astutamente, não afeta em nada a sua politicidade intrínseca.” (FREIRE, 1976, p. 114).

É senso comum colocarmos a culpa na população, mas esquecemos que o acesso a educação, necessariamente passa por aqueles que estão no poder, neste caso, Portugal. Não seria de maneira alguma prioritário ter um povo alfabetizado e conscientemente instruído politicamente.

Mas, seria necessário que houvesse uma divisão entre os brancos portugueses e os negros africanos, pois para o moçambicano as instruções seriam voltadas para o trabalho, ao contrário do português que teria a sua disposição um projeto educacional que priorizasse o desenvolvimento intelectual.

Considerando o estado selvagem dos indígenas cuja civilização tem de obedecer às leis da evolução, e tendo em conta que não conhecem a língua portuguesa, impunha-se a necessidade de uma organização especial do ensino primário para o indígena que o levasse à civilização e à língua portuguesa [...]. A frequência simultânea de crianças europeias e indígenas seria prejudicial para todas”. O sistema escolar discriminatório era apresentado como uma resposta natural e inevitável a necessidades, tradições e capacidades desiguais. A escola para o homo sapiens era branca, urbana, laica, cultivava o pensamento, as ciências, o “saber dizer” em prejuízo do “saber fazer”. A escola para o homo faber, preto, trabalhador manual, rural, era religiosa e prática. Ambas mutilavam a personalidade dos seus alunos privando-os de um desenvolvimento completo que integrasse pensamento e acção, “saber pensar” e “saber fazer”, “saber dizer” e “saber ser. (GASPERINI, 1989, p.14.)

O pensamento discriminatório para com os africanos é remetido como uma raça inferior, incapaz de terem um grau de intelectualidade igual ao do branco.

Nessas condições, não teriam condições de jamais aprenderem sozinhos a língua portuguesa, cabendo ao português conduzi-los a civilização. Um dos grandes problemas acentuados para o moçambicano era a falta de oportunidade para que ele conseguisse alcançar índices satisfatórios de alfabetização. Além desse, seria a intenção colonizadora de transformá-lo em um cidadão com princípios distantes de sua cultura original. A busca pela assimilação ocorreria por meio da imposição da língua estrangeira, uma das principais maneiras de se infligir aos nativos as características dos colonizadores,

Uma forma de mostrar uma imposição de poder, caracterizando que não se importavam com a língua que falavam, mas que tinham que aprender a deles, ou seja, a língua portuguesa.

7. CONSEQUENCIAS DO NEOCOLONIALISMO

De acordo com alguns historiadores (ZAMPARONI, 2012; CAPELA, 2010; GASPERINI, 1989; RODEY, 1972; FIELDHOUSE, 1981), todo processo que envolveu a neocolonização portuguesa em Moçambique teve pontos altamente negativos, contrariando a opinião de outros que não viam a possibilidade de progresso sem a presença europeia. Segue abaixo um exemplo dessa corrente interpretativa:

É costume dizer que de um lado havia exploração e opressão, mas que, de outro lado, os governos coloniais fizeram muito pelos africanos e contribuíram para o desenvolvimento da África. Para nós, isso é completamente falso. O colonialismo só tem um aspecto, um braço: é um “bandido maneta” (RODINEY, 1972.p. 223.)

A afirmação defende que nada foi acrescentado durante os anos de colonização. Ao contrário, somente arrancou-se a riqueza existente, assim como um ladrão que adentra as residências e subtrai o que é de valioso. Mais que isso, as obras construídas beneficiariam os colonizadores, deixando os nativos à parte do desfrute dessas implementações infraestruturais:.

As estradas e as ferrovias, em sua maioria, não haviam sido construídas para abrir o país, mas apenas para ligar com o mar as zonas dotadas de jazidas minerais e de potencial para a produção de safras comerciais ou, para ligar áreas de produção interna ao mercado mundial de mercadorias primárias” (FIELDHOUSE, 1981, p. 67)

Contrariando o que outros historiadores tinham mostrado como um grande benefício para a região, as estradas e ferrovias construídas nesse período foram frutos da busca pelo melhor escoamento de produtos. Não se tratava de uma visão desenvolvimentista, uma vez que as estradas e ferrovias foram construídas nessa região que tinha algo a explorar. Em outras áreas que não tinham nada a oferecer, não se encontram obras de porte significativo, o que se resultara na grande desigualdade entre o desenvolvimento das diversas partes do país africano. Com uma má visão mais detalhada sobre o assunto, o mapa nos mostra a veracidade dos fatos, demonstrando o trecho de construção das ferrovias, para o escoamento para o mar.



FONTE : <http://www.africa-turismo.com/mapas/mocambique.htm>

Vários fatores são necessários para o desenvolvimento de uma nação. Um deles é a valorização da produção do trabalho, como o artesanato típico da própria região, outro, a formação de um pólo industrial. Não existia um incentivo a produção interna, tudo era feito e destinado à exportação e a maioria dos produtos necessários para a sobrevivência dos habitantes locais eram importado, não possibilitando a oportunidade do país crescer industrialmente e ter fortalecidas as suas bases econômicas.

As imposições feitas aos colonizados feriram e destruíram todo o sistema organizacional genuíno. As sociedades tradicionais foram engolidas e remodeladas de acordo com o modo de vida europeu, não se respeitando os aspectos culturais locais e estabelecendo-se normas a serem seguidas.

Os moçambicanos tiveram a privação das suas liberdades, desde a política até a econômica, e a exploração de recursos humanos e materiais ocorriam em benefício dos colonizadores portugueses.

Em uma sociedade em que não se pode almejar um futuro que remeta a felicidade de se poder alcançar uma vida mais digna de ser vivida, pois o que lhes restava era somente sobreviver.

Os métodos usados pelos portugueses eram de exploração e desprezo pelos africanos que se sentiram totalmente humilhados, assim como o relatado nesta carta publicada no jornal *Voz Africana*⁹ em 1971:

C. B., CASADO, 35 ANOS, NATURAL DE INHAMBANE E RESIDENTE EM MARROMEU.

O que me levou a escrever esta carta, a respeito da firma chamada Zona Verde. É uma companhia de Sr. Louro. Nesse caso gente de lá estão na miséria coitado! Eles trabalham domingo e sábado e todos dias. Noite e dia, sem horas competentes. O horário deles diz que trabalhassem só seis dias da semana. Mas eles lá pela obrigação dos patrões, trabalham noite e dia. É nos Domingos também. E sem tempo de descansar. Como é que uma pessoa vive de boa saúde, com esta maneira. Há lá, alguns que são cristãos, e que não tem ido a missa por causa de trabalhar nos Domingos. E assim mesmo a lei

⁹ Jornal "Voz Africana", periódico semanal que circulava em Moçambique a partir de 02/06/1962, sofreu no início com a falta de escolarização dos indígenas, a censura, e a pobreza do povo, que recebia míseros tostões, além do problema da língua. Foram dadas oportunidades ao povo de se expressar, nos mais variados assuntos que lhe conviessem necessárias, através de cartas, identificadas, dirigidas a redação da "Voz Africana". Superando as expectativas eram um número enorme de cartas que começaram a aparecer. Expressando simplicidade, e até uma ingenuidade, mas também denunciando as arbitrariedades ocorridas no seu dia a dia. As cartas tem valor de documento testemunhal daquele povo.

do estado que manda? Da maneira que eles trabalham fora da hora não recebem horas extras. E no mês quando acabar não recebem cedo. Esperam mais dois ou três meses para recebem. Até sofrem que comer. Os vales nas lojas estão cheios. *Conque* vão pagar se primeira coisa não recebem cedo tem muito trabalho e que nem tempo de poder cozinharem. E dos impostos estão sem pagos. Se receberem um mês os outros dois ficam no escritório. E com aquilo levam para as lojas pagar s dividas da comida, porque senão, não são deixados levantar os vales. E ficam sem dinheiro nos bolsos. E nos serviços é sempre mal tratado. E tratado com nomes e nomes. Como Burro muanambua filho da puta. E assim as obrigações que tem a fazer os patrões, sem obediência alguma aos seus empregados? E uma vergonha! Da maneira essa gente são tratados nem que não fazendo mal o chama muito mesmo assim. Muanambua, como segundo esta a cima mencionado. E como é os empregados vão ter boa vivência? Trabalha sem horas noite e dia. Enquanto o horário esta a dizer que entrasse das 15,30 de manhã até às 11,30 de tarde de 11 horas e 30 m.E que eles deixam essas horas. E isso. Peço desculpa ser. Director de não deixar publicar esta carta. E para terminar mando muitos cumprimentos aos concetuosos amigos e irmãos leitores.

Peço favor de me publicar isso que e muito necessário. Obrigado. (CAPELA, 1971, p.80).

Surge um sentimento dentro desse povo, que ao invés de uni-lo em torno do colonizador, faz efeito contrário, com um grande sentimento de discriminação, humilhação, enfim, de se sentir explorado em todos os sentidos.

M. Q., 27 ANOS, RESIDENTE EM MARROMEU.

O que me levou a escrever esta minha carta é seguinte, no dia 29-6-65 apanhei no meu rádio de sonhos as falas do Senr. José Maria Soares de Castro, falando com seu amigo M. S. Ramos. Sobre o respeito da África. Dizia as seguintes palavras, que agora consegui arranjar um emprego da S. S. Marromeu, que ganho uma média de 6.500\$00 por mês, não pago água nem luz nem renda da casa, e a casa é toda mobilada, só com isto poupo alguma coisa, comer tenho me um preto que me faça comida e lava a roupa, e assim vou andando, o pior é de trabalhar de noite; e aque noite é muito frio por causa de nevoeiro.No local aondo estou, é no meio do mato não a distracções nenhuma a cidade mais perto fica a 400 Kilomtros de distância, como d aque vivemos como bichos. Agora a que a Fábrica começou a trabalhar temos 16.000 pretos a trab; só d m calhou 63 como vê se eles quiserem cá vai o rapaz fazer tijolo no jardim dos tabaletas; A companhia deu nos uma Pistola masque adianta uma pistola contra todos negros, eles comigo têm pouca sortemal eles começam a refelarem já é apanhar um murro nos queixos quenem sabem aonde vão parar e assim é que eles nos temem, caso contrárioera pior, só de pancadas é que eles andam direitos, e aqueles que roaisbatemos são os melhores, nos dias

seguintes trazem umas capoeiras de galinhas nos nossos quintais, e é isso que nós queremos. (CAPELA, 1971,p.80)

Não há como contestar o tamanho do preconceito e exploração que essas cartas têm a nos mostrar, com a insignificância de tratamento remetida a eles.

Isso em decorrência de anos de opressão por parte dos portugueses, fazendo surgir um nacionalismo contra a exploração.

Uma das práticas realizadas pelos colonizadores que trouxe um grande sentimento de revolta foi a colocação de linhas demarcatórias entre as terras, para formar um novo território, não se respeitando as delimitações que existiam entre os grupos já existentes. (BOAHEN, 2010, p.924)

Os nativos começam a sentir que a última coisa que os une em torno dos seus é o clã, e este é esfacelado pelo sistema que lhes é imposto, gerando um forte motivo para serem levados pela revolta. Devido a isso o Exército foi formado para fazer a conquista e ocupação colonial, depois com o intuito de manter o poder sobre os colonizados, pois previam que para manter o controle tinham que usar a força. Lembrando que um povo que tem as forças armadas controlando-os tende a desenvolver um grande sentimento de opressão cada vez maior, levando os nervos a ficarem à flor da pele. Todo esse contexto caminhou para os movimentos de independência, momentos conturbados nos quais muitos perderam suas vidas nos combates contra o jugo português.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões estabelecidas, que explicitaram suas vertentes definindo em seus embasamentos e conclusões sobre o neocolonialismo português em Moçambique, conclui-se que há uma visão estratificada dessa nação, não se consegue observar o grau de desenvolvimento obtido de maneira significativa desse povo, que o fizesse obter desenvolvimento frutífero e próspero.

Quando se observa as críticas de miséria exorbitante à região, percebemos que elas não são infundadas ou mentirosas, mas se quiséssemos ter essas respostas seria necessário ir às raízes dessa situação. Saber o porquê se chegou a esse ponto e o porquê não se consegue sair dessa situação de país rico e uma população pobre? Com esses questionamentos adentra se a essas questões, assim como vários pesquisadores que buscam respostas as suas inquietações.

Acima de tudo pode se constatar que Moçambique teve uma ruptura de crescimento, onde perdeu os seus estágios de amadurecimento e desenvolvimento. Isso graças ao neocolonialismo implantado por Portugal, e não seria diferente, afinal o que se viu com a partilha da África foi um “sugamento” de toda a sua riqueza em prol do colonizador. No caso de Moçambique não há dúvidas, que não se cresce sem um investimento externo, que realmente é necessário para fazer uma nação crescer, mas, não foi o caso de Moçambique.

A princípio, todas as vezes que deparamos em comparações com os europeus temos aquela visão eurocêntrica que eles são o centro do mundo, e no caso de Moçambique não seria diferente. Antes de resolver fazer esse tema, busquei fazer algumas abordagens sobre o mesmo, e muitos me responderam categoricamente que se Portugal não tivessem ido para lá, ainda estariam vivendo como tribo, de uma forma atrasada em todos os âmbitos, seja econômico ou social.

O que se pode constatar nesse período de permanência portuguesa nessa terra, foi muitas explorações, desmandos e mortes. E esse convívio deixou marcas nesse povo, da maneira como se mistura o café com leite depois não se consegue separar, foi assim que muitos absorveram o que não prestava, enraizando numa atitude para o lado negativo do neocolonialismo. Uma mera ilustração da parte de quem realmente não quer enxergar o que houve, foi um

falso progresso, que somente beneficiou a eles, colonizadores. A imposição de seus valores a cultura de Moçambique, foi uma maneira ultra arbitrária de querer transformar Moçambique em Portugal, isso demonstra um total desrespeito com os que já moravam lá, tentando assim a assimilação.

Muito mais além da questão analisada, são poucas bibliografias que vem a tratar desse tema do neocolonialismo de uma forma mais aprofundada, o que na maioria das vezes encontram-se poucos materiais que tratam do assunto neocolonialismo em Moçambique, e quando se encontra material didático, o conteúdo que é tratado, trás uma abordagem de uma forma muito superficial e tendenciosa ao eurocentrismo. Tratamo-los como povos superiores.

Infelizmente essa ideologia esta implantada em nós e reproduzimos da mesma maneira com Moçambique. Analisando, na verdade somos reprodutores dos pensamentos que nos vem sendo remetidos, não questionamos, somente vamos engolindo.

Em meio a tudo o que observaram, os moçambicanos foram alunos que aprenderam e reproduziram tudo o que vivenciaram nesse tempo, com os portugueses, inclusive violência e corrupção, que se espalhou na administração colonial. Isso não é dado como hereditariedade dos portugueses, mas sim a um povo atrasado e ignorante, sem nenhum escrúpulo ou preocupação com o outro semelhante. Com os levantamentos observados e analisados nesse debate de historiadores, percebe se que há um peso maior nos aspectos negativos a neocolonização.

Moçambique hoje sofre pela presença portuguesa que deixou pontos positivos sim, como algumas infraestruturas, etc., mas perante o prejuízo histórico que proporcionou e vem proporcionando a gerações futuras é infinitamente inferior. Em meio a tudo o que foi apresentado nessa pesquisa foi constatado que até os dias de hoje o povo de Moçambique vem tentando buscar soluções que possam trazer um desenvolvimento e uma melhor qualidade de vida à população.

Um povo que não pode se orgulhar de ter tentado buscar o progresso, pois tinha um parasita que lhe sugava e não deixava buscar um horizonte digno com toda a sua população que ansiava por liberdade e justiça.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AMARAL, Ilídio do. **Beira, cidade e Porto do Indico**. Lisboa: Alcobacense, 1969.

Boahen apud FIELDHOUSE, D. K. 1981. Colonialism 1870-1945: an Introduction. Londres, Weidenfeld & Nicol

Boahen apud LLOYD, P. C., org. 1966. The New Elites of Tropical Africa. Londres, OUP. 1972. Africa in Social Change. Harmondsworth, Penguin

Boahen apud RODNEY, W. s.d. How Europe Underdeveloped Africa. Dar-es-Salaam, Tanzania Publishing House, 1972

BOAHEN, Albert Adu. **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2.ed. rev. Brasília : UNESCO, 2010

CAPELA, José. **Moçambique pelo seu povo: Cartas à "Voz Africana"**. Porto: Afrontamento, 1971

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

GASPERINI, Lavinia. **Moçambique: educação e desenvolvimento rural**. Viterbo: Lavoura/Isicos. 1989.

GAZEDA.gov. **História de Moçambique** .Disponível em: <www.gazeda.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=164&Itemid=60&lang=pt> acessado em 28 jun. 2013

HOBBSAWM, Eric. **A era das Revoluções: 1789-1848**. 6 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

LIPHOLA, Marcelino. **Utilização das línguas moçambicanas no processo eleitoral**. In: MAZULA, Brazão; MACHILLI, Carlos; MAIA, Juarez de (org). Moçambique: eleições, democracia e desenvolvimento. Maputo: Brazão Mazula, 1995.

MOÇAMBIQUE. Portal do gov, **Resumo Histórico**: disponível em//www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/resHistorico> Acesso em 28 jun 2013

PLANALTO, gov.br . Presidência da Republica: Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato20112014/2013/Lei/L12796.htm> Acesos em: 23 nov.2013.

ZAMPARONI, Valdemir. **De escravo a cozinheiro**: colonialismo e racismo em Moçambique.2.ed.Salvador: Edufba, 2012

ANEXO

Dados sobre Moçambique

Nome: República de Moçambique

Presidente: Armando Emílio Guebuza

Primeiro-Ministro: Alberto Clementino António Vaquina

Sistema Político: Democracia Multipartidária

Data da Independência: 25 de Junho de 1975

Língua Oficial: Português

Outras Línguas Nacionais: cicopi, cinyanja, cinyungwe, cisenga, cishona, ciyao, echuwabo, ekoti, elomwe, gitonga, maconde (ou *shimakonde*), kimwani, macua (ou *emakhuwa*), memane, suaíli (ou *kiswahili*), suazi (ou *swazi*), xichanga, xironga, xitswa e zulu.

Capital : Cidade de Maputo

Outras Províncias:(Norte) Niassa, Cabo Delgado, Nampula (Centro) Zambézia, Tete, Manica, Sofala (Sul) Inhambane, Gaza e Maputo

Recursos Naturais: Energia Hidroeléctrica, gás natural, carvão, minerais (titânio, grafite) , madeiras e produtos piscatórios

Principais Exportações: Camarões; algodão; caju; açúcar e chá

Moeda: Metical

Localização: Costa Sudeste de África

Coordenadas: Moçambique está situado entre os paralelos 10° 27'e 26° 52'de latitude sul e entre os meridianos 30° 12'e 40°51 de longitude este

Área aproximada: 799.380 Km²

Fronteiras: A norte com a República da Tanzânia, a noroeste com o Malawi e a Zâmbia, a oeste com o Zimbabwe e a República da África do Sul, e a sul com a Suazilândia e ainda a África do Sul

Clima: O clima em Moçambique é de uma maneira geral tropical e húmido

Faixa Costeira: Toda a faixa Este, com cerca de 2.470 quilómetros é banhada pelo Oceano Índico